

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.094 - PB (2019/0367708-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**

**AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA**

**PROCURADORE : FÁBIO ANDRADE MEDEIROS - PB010810**

**S**

**DANIELE CRISTINA VIEIRA CESÁRIO - PB014395**

**FELIPE DE MORAES ANDRADE - PB015337**

**AGRAVADO : SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS FERREIRA**

**ADVOGADOS : UBIRATÃ FERNANDES DE SOUZA - PB011960**

**ALEXANDRE GUSTAVO CEZAR NEVES - PB014640**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DA PARAÍBA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

PREJUDICIAL DE MÉRITO SUSCITADA PELO ESTADO  
PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO DO AUTOR  
INOCORRÊNCIA OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO EXEGESE  
DA SÚMULA Nº 85 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
REJEIÇÃO DA QUESTÃO PRÉVIA REEXAME NECESSÁRIO E  
APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C  
OBRIGAÇÃO DE FAZER GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE  
FORMA DE PAGAMENTO INAPLICABILIDADE DA LEI  
COMPLEMENTAR N 50/2003 AOS POLICIAIS MILITARES  
SENTENÇA PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE  
PARA DETERMINAR A ATUALIZAÇÃO E PAGAMENTO DE  
DIFERENÇAS DA VERBA REQUERIDA NA FORMA PREVISTA  
PELA LEI Nº 6507/1997 ATÉ A VIGÊNCIA DA MP 185/2012  
CONGELAMENTO NÃO PREVISTO PELA NORMA  
IMPOSSIBILIDADE DO JUDICIÁRIO VISLUMBRAR RESTRIÇÃO  
NÃO DISPOSTA NA LEGISLAÇÃO CONSECUTÓRIOS LEGAIS  
JULGAMENTO PROFERIDO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL  
RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
ACOLHIMENTO EM PARTE DO APELO AUTOREAL PROVIMENTO  
PARCIAL DA REMESSA NECESSÁRIA E DO APELO DO ESTADO.

Alega violação do art. 1º, *caput*, do Decreto n. 20.910/1932, no que concerne ao transcurso do prazo prescricional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Pois bem. É o que exatamente sucede *in casu* dos autos.

Dentro desse quadro, no instante em que passara a vigor a lei

complementar nº 50/03, em 30 abril de 2003, norma esta que modificou a forma de pagamento dos adicionais, exsurge a suposta lesão e, de resto, a própria pretensão, iniciando-se, de tal arte, a contagem do lapso prescricional de 5 (cinco) anos.

É dizer, então: a norma em desfile se trata de típica lei de efeitos concretos, que modificou a forma de pagamento de parcela remuneratória referente a todos os servidores públicos de Administração direta e indireta do Poder Executivo.

O postulante, ao alterar que a modificação em foco não o açambarcaria - por ser justamente servidor público militar - possuía 5 (cinco) anos para a propositura da demanda respectiva, contados a partir da data da vigência da norma em comento, que trouxe uma lesão ao seu patrimônio jurídico.

[...]

Destarte, considerando a regra plasmada no art. 1º, do Decreto 20.910/1932, impõe-se o reconhecimento da prescrição da exigibilidade do direito em comento, afinal de contas, o termo final do lapso prescricional (30 de abril de 2008), de há muito, já se havia passado quando ajuizada a presente ação (fls. 116/117).

É o relatório. Decido.

Na espécie, é incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma local (municipal ou estadual), o que atrai, por analogia, o óbice do enunciado de Súmula n. 280/STF.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que, "consoante se depreende do acórdão vergastado, os fundamentos legais que lastrearam a presente questão repousam eminentemente na legislação estadual. Isso posto, eventual violação a lei federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia requer apreciação da legislação estadual citada, o que não se admite em Recurso Especial. Portanto, o aprofundamento de tal questão demanda reexame de direito local, o que se mostra obstado em Recurso Especial, em face da atuação da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo STJ" (REsp 1.697.046/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/11/2018).

Confira-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.196.366/PA, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/9/2018; AgRg nos EDcl no AREsp n. 388.590/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/2/2016; AgRg no AREsp n. 521.353/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Primeira Turma, DJe de 19/8/2014; AgRg no REsp n. 1.061.361/RS, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 25/4/2014; AgRg no REsp n. 1.017.880/ES, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 3/8/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente